



Sociedade Brasileira de Higiene e Saúde Pública

RIO PARAÍBA DO SUL: SUA IMPORTÂNCIA SOCIOCULTURAL, ECONÔMICA E, SOBRETUDO, PARA A VIDA

O Rio Paraíba do Sul e seus afluentes têm marcada relevância na vida de milhões de pessoas. Ele teve importância fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Seu processo de ocupação deu-se ao longo de diversos ciclos econômicos da história: o da cana-de-açúcar e mineração, no século XVII; o do café, no decorrer dos séculos XVIII e XIX; chegando ao ciclo industrial, no século XX. Mas é imprescindível focalizar a sua contribuição, através dos tempos, para a vida humana, como manancial de abastecimento de água potável a fim de atender diversos municípios, no Estado do Rio de Janeiro – além da populosa capital, através do sistema Guandu, que serve 85% dos habitantes da Região Metropolitana, encontram-se ainda Barra Mansa, Barra do Piraí, Campos dos Goitacazes, Cambuci, Cantagalo, Itaperuna, Nova Friburgo, Petrópolis, Porto Real, Quatis, São Fidélis, Volta Redonda e outros, no total de 57 municípios que tem no rio a única fonte de abastecimento para mais de 12 milhões de pessoas; e mais dezenas de municípios em Minas Gerais (88) e São Paulo (39), perfazendo um total de 184 municípios que têm nas águas do Rio Paraíba a fonte básica para viverem.

O Rio Paraíba do Sul forma-se a partir da junção dos Rios Paraibuna e Paraitinga, no Planalto Paulista, a uma altitude de cerca de 1.000 metros. Percorrendo uma distância de aproximadamente 1.120 km, com uma vazão média de 300 m³/s, até desaguar no Atlântico, junto à cidade de São João da Barra. Sua bacia abrange aproximadamente 57.000 Km², sendo que 24% se encontram em São Paulo (13.605), 36% em Minas Gerais (20.500 km²) e 40% no Estado do Rio de Janeiro (22.600 km²).

A posição estratégica do Rio e seus afluentes ocasionou a implantação de expressivo parque industrial – um dos mais desenvolvidos do país – que engloba os setores químico, farmacêutico e metalúrgico, entre outros, além da Companhia Siderúrgica Nacional e as mais diversas atividades, o que faz do Vale do Paraíba do Sul uma grande força econômica. A diversificada e elevada concentração industrial e a crescente urbanização da região são responsáveis pelo despejo diário de centenas de toneladas de esgoto doméstico e por intensos despejos de efluentes industriais, sobretudo metais como Chumbo, Zinco, Cobre, Cromo, Ferro, Manganês, Níquel e Cádmiio, com graves conseqüências ambientais.

As barreiras construídas para a utilização do rio com fins energéticos reduzem o caudal diluidor das substâncias poluentes; quando, mais tarde, ele é utilizado como único abastecimento de água potável, o nível de coliformes fecais, junto com metais pesados, levam a prejudicar o uso da água em sua função prioritária, alimento básico da população.

As Rodovias Dutra (Rio-São Paulo) e a BR040 (Juiz de Fora-Rio) e os acidentes ocorridos em outros Estados, que chegam ao Paraíba pelos seus efluentes, os desmatamentos das margens, o crescimento desordenado, a retirada de areia, o despejo irregular de resíduos – tudo converge para o agravamento do desafio: o Rio Paraíba do Sul agoniza.



Sociedade Brasileira de Higiene e Saúde Pública

Em 2015 o Rio Paraíba enfrentou a pior crise hídrica de sua história, com o reservatório do Paraibuna operando em seu volume morto por vários períodos.

O pesquisador Paulo Carneiro, da Coppe/UFRJ, acredita que a reversão do quadro somente acontecerá se os gestores da água deixarem de usar primordialmente a Bacia do Paraíba do Sul com objetivo de geração de energia: “Desde o início de 2014 já havia indicações de que o Paraíba do Sul chegaria a esse ponto. A ANA deveria ter retido a água nos reservatórios e não usado a água para gerar energia. É necessário inverter a prioridade, o primeiro objetivo deve ser a segurança hídrica”.

O Rio Paraíba do Sul já foi palco de acidentes industriais que têm contribuído para a degradação de seus ecossistemas, como o vazamento de resíduos de metais pesados, em 1982, da Companhia Paraibuna de Metais. Pior ainda foram as consequências do rompimento de um reservatório de substâncias químicas da Indústria Cataguases de Papel, em março de 2003.

Roberto Watanabe, engenheiro civil de larga experiência na gestão de recursos hídricos, chama a atenção para os danos causados pela indústria de celulose, cujo processo de fabricação produz muito chorume, um líquido ácido, preto, que não tem nenhum sistema de tratamento. Ele alerta, ainda, para o perigo trazido pela inauguração da ligação Jaguari-Cantareira: a invasão pelo Mexilhão Dourado, que já infesta o Cantareira e vai chegar à Bacia do Paraíba do Sul, a única no Sul e Sudeste ainda não contaminada pelo predador. Ele destaca que já se gastaram milhões de reais em pesquisas, mas não foi encontrado nenhum antídoto para deter a praga, que invade componentes de ferro e aço, entupindo as tubulações de água e dizimando os alimentos dos peixes nativos.

O Rio Paraíba é responsabilidade do Governo Federal pela Constituição, mas que envolve compromissos dos governos dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e da sociedade como um todo. Ao ministério público cabe importante papel. Segundo a promotora Denise Tarin, “O rio vive uma situação de estresse hídrico”, e “se nenhuma atitude for tomada agora há risco de racionamento com prejuízo para as indústrias e cidades que vivem das águas do Paraíba”.

A ONU alerta que em alguns anos faltará água para 60% do mundo. A vida humana está ligada à água. Todos sabemos que seria impossível a sobrevivência em nosso Estado do Rio sem o Rio Paraíba. Ele é para nós como o Rio Nilo é para o Egito. Toda a história e o desenvolvimento de nosso Estado giram em torno do Paraíba. O Rio é um HERÓI que está sendo castigado.

Os problemas ambientais da Bacia do Paraíba são desafiadores e, portanto, exigem com urgência conjugação de esforços. Existem inúmeros projetos para a diminuição desses problemas; todos eles passam necessariamente pelo monitoramento ambiental criterioso. Considerando que a Bacia é responsável pelo abastecimento de água para milhões de vidas, tornam-se cada vez mais necessárias as campanhas de educação e



Sociedade Brasileira de Higiene e Saúde Pública

conscientização ambiental, de que todos devemos participar – tanto o poder público como as demais organizações da sociedade.

Waldenir de Bragança

Presidente da Sociedade Brasileira de Higiene e Saúde Pública 2002-2013